

Anexo I. PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES RELACIONADAS AO REGISTRO DE ESTABELECEMENTOS NO SIE

Versão 4. POPSIE 01. Atualização: 29/03/2021

LEGISLAÇÃO FEDERAL (Em ordem cronológica separada por categoria de legislação)			
LEGISLAÇÃO	Nº	DATA	CONTEÚDO
Lei	1.283	18/12/1950	Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal
Lei	6.437	20/08/1977	Institui as Infrações a Legislação Sanitária Federal e Estabelece as Sanções Respectivas
Lei	7.889	23/11/1989	Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
Lei	8.078	11/09/1990	Institui o Código de Defesa do Consumidor
Lei	8.137	27/12/1990	Constitui os Crimes de Relação de Consumo
Lei	8.171	17/01/1991	Lei da Política Agrícola
Lei	9.712	20/11/1998	Altera a Lei nº 8.171/91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à agropecuária. Institui o SUASA.
Lei	11.326	24/07/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Lei	13.680	14/06/2018	Altera a Lei 1.283/1950 para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.
Lei	13.860	18/07/2019	Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências.
Lei	11.326	24/07/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais
Lei Complementar	123	14/12/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos CLT e outras providências.
Decreto	3.100	20/07/1998	Aprova o Regulamento das Normas Sanitárias para a Elaboração e Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal e Vegetal no Estado de Santa Catarina.
Decreto	5.741	30/03/2006	Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8171/91, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.
Decreto	7.358	17/11/2010	Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional e dá outras providências.

Decreto	8.445	06/05/2015	Altera o anexo ao Decreto nº 5741/06, que organiza o SUASA.
Decreto	9.013	29/03/2017	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
Decreto	9.069	31/05/2017	Altera o Decreto nº 9013/17.
Decreto	9.621	20/12/2018	Altera o Decreto nº 9013/17, que regulamenta a Lei nº 1.283/50, e a Lei nº 7889/89, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
Decreto	9.918	18/07/2019	Regulamenta a Lei nº 1.283/50, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal (Institui o selo ARTE).
Decreto	10.032	01/10/2019	Altera o anexo ao Decreto nº 5741/06, para dispor sobre as competências dos consórcios públicos de Município no âmbito do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
Decreto	10.130	25/11/2019	Altera o Decreto nº 9013/17, que regulamenta a Lei nº 1.283/50, e a Lei nº 7889/89, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
Decreto	10.419	07/07/2020	Regulamenta a Lei nº 1283/50 e altera o Decreto nº 9013/17, para dispor sobre a inspeção <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i> de animais.
Decreto	10.468	18/08/2020	Altera o Decreto nº 9013/17, que regulamenta a Lei nº 1.283/50, e a Lei nº 7889/89, que dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
Portaria MAPA	4	03/01/1978	Aprovar as alterações propostas pela Divisão de Inspeção de Leite e Derivados – DILEI, às referidas NORMAS que entrarão em vigor a 30 de junho de 1978.
Portaria MAPA	6	25/07/1985	Normas Higiênico-Sanitárias e Tecnológicas para Mel, Cera de Abelhas e Derivados.
Portaria MAPA	1	21/02/1990	Normas Gerais de Inspeção de Ovos e Derivados
Portaria MAPA	711	01/11/1995	Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos.
Portaria MAPA	304	22/04/1996	Define a temperatura de até 7°C para comercialização de carnes e miúdos de bovinos, bubalinos e suínos.
Portaria MAPA	368	04/09/1997	Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos.
Portaria MAPA	210	10/11/1998	Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves.
Portaria MAPA	155	17/08/2016	Altera a Portaria nº 711/95.
Portaria MAPA	74	07/05/2019	Altera a Portaria nº 210/98.
Portaria de Consolidação MS	5	28/09/2017	Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Instrução Normativa MAPA	03	17/01/2000	Aprova o regulamento técnico de métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue.
Instrução Normativa MAPA	16	23/06/2015	Estabelece, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte.
Instrução Normativa MAPA	5	14/02/2017	Estabelece requisitos para avaliação de equivalência ao SUASA relativos à estrutura física, dependências e equipamentos de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal.
Instrução Normativa MAPA	9	18/01/2018	Altera a Instrução Normativa MAPA nº 05/17, desvinculando esta IN da avaliação de equivalência ao SUASA.
Instrução Normativa MAPA	67	10/12/2019	Estabelece os requisitos para que os Estados e DF realizem a concessão do Selo ARTE aos produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.
Instrução Normativa MAPA	17	06/03/2020	Estabelece os procedimentos para reconhecimento da equivalência e adesão ao SISBI-POA do SUASA.
Instrução Normativa MAPA	77	26/11/2018	Estabelece os critérios e procedimentos para produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos.
Instrução Normativa MAPA	59	06/11/2019	Altera a IN MAPA nº 77/18.
Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA	07	08/05/2012	Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-sanitário de Moluscos Bivalves, estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências.
Instrução Normativa ANVISA	60	23/12/2019	Estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos.
Resolução RDC MS / ANVISA	331	23/12/2019	Dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação.
Manual MAPA - TOMO	I	Jan-1971	Padronização de técnicas, instalações e equipamentos. Bovinos.
Manual MAPA - TOMO	IV	-	Normas higiênico sanitárias e tecnológicas para a produção e exportação de carnes. Ovinos.
Manual MAPA	-	2007	Manual de Procedimentos. Implantação de estabelecimento industrial de pescado. Produtos frescos e congelados.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL (Em ordem cronológica separada por categoria de legislação)			
LEGISLAÇÃO	NÚMERO	DATA	CONTEÚDO
Lei Estadual	8.534	19/01/1992	Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia fiscalização dos produtos de origem animal, cria o sistema estadual de inspeção sanitária dos produtos de origem animal e dá outras providências.
Lei Estadual	10.610	01/12/1997	Dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.
Lei Estadual	10.366	24/01/1997	Dispõe sobre a fixação da política de defesa sanitária animal e adota outras providências.
Lei Estadual	12.854	22/12/2003	Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.
Lei Estadual	16.971	26/07/2016	Institui o tratamento favorecido e simplificado para o microprodutor primário do estado de SC, como parte da política da agricultura familiar, turismo rural e pesca artesanal.
Lei Estadual	17.003	01/09/2016	Dispõe sobre a produção e a comercialização do queijo artesanal serrano no Estado de Santa Catarina.
Lei Estadual	17.486	16/01/2018	Dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru no Estado de Santa Catarina.
Lei Estadual	17.515	27/04/2018	Regulamenta a atividade de inspeção e comercialização de produtos de origem animal e vegetal para estabelecimentos de pequeno porte e agroindústria familiar (produtos artesanais), no Estado de Santa Catarina.
Lei Estadual SES	6.320	20/12/1983	Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.
Decreto-Lei Estadual	3.748	12/07/1993	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
Decreto Estadual	2.919	01/06/1998	Aprova o Regulamento da Política de Defesa Sanitária Animal no Estado de Santa Catarina, instituída pela Lei 10.366, de 24 de janeiro de 1997.
Decreto Estadual	3.100	20/07/1998	Aprova o Regulamento das Normas Sanitárias para a Elaboração e Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal e Vegetal no Estado de Santa Catarina.
Decreto Estadual	3.527	15/12/1998	Altera o Decreto Estadual 2.919, de 01/06/1998.
Decreto Estadual	2.740	11/11/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto 3.748, de 12 de julho de 1993.
Decreto	1.238	19/07/2017	Regulamenta a Lei nº 17.003/16 que dispõe sobre a

Estadual			produção e a comercialização do queijo artesanal serrano, no Estado de Santa Catarina.
Decreto Estadual	1.559	03/04/2018	Regulamenta a Lei nº 16.971/16 que institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Micro produtor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.
Decreto Estadual	362	21/11/2019	Regulamenta a Lei nº 17.486/18 que dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências.
Decreto Estadual SES	31.455	20/02/1987	Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei no. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.
Portaria Conjunta SES/SAR	264	30/03/2016	Estabelece as diretrizes de aplicabilidade dos Decretos nº 01/15 e 02/15 que alteraram o Decreto nº 3.748/93, que aprova o RIISPOA, e o Decreto Estadual 31.455/87, que regulamenta a Lei nº 6.320/83, que dispõe sobre alimentos e bebidas.
Portaria Estadual SAR	35	21/12/2018	Define os procedimentos para avaliação da conformidade dos critérios microbiológicos e físico-químicos dos produtos de origem animal, da água de abastecimento e gelo dos estabelecimentos que estão registrados no SIE.
Portaria Estadual SAR	16	04/06/2020	Estabelece obrigatoriedade no cumprimento da IN nº 77/18 e suas alterações em Santa Catarina.
Portaria Estadual SAR	17	22/06/2020	Define normas operacionais para a realização do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Estado de Santa Catarina.
Portaria Estadual SAR	20	28/07/2020	Estabelece o procedimento para a concessão do Selo ARTE aos produtos alimentícios de origem animal registrados no SIM, SIE ou SIF.

Para maiores informações e/ou acompanhamento da atualização das legislações, verificar em:
<http://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/>